

Credor poderá converter dívida

Os bancos credores da dívida externa poderão converter todos os tipos de crédito que têm a receber dívidas antigas, bônus a serem emitidos pelo Governo ou mesmo juros atrasados — em ações das empresas estatais que serão privatizadas pelo Governo. Terão, porém, que aceitar um desconto de 25 por cento no valor dos seus títulos para poderem participar dos leilões de privatização, onde provavelmente os créditos originais sofrerão um novo desconto. A informação foi dada ontem pelo representante especial do Governo para a renegociação da dívida externa, embaixador Jário Dauster, que inicia hoje em Nova Iorque a sétima rodada de discussões com os bancos, a primeira depois do novo pacote econômico anunciado na semana passada.

Dauster disse que possivelmente já na próxima semana um representante do BNDES será convocado para explicar ao Comitê dos Credores as regras que estão sendo elaboradas pelo Governo para o programa de privatização, que prevê a venda de 18 bilhões de dólares até o final de 1992, em ações de empresas estatais. Segundo o embaixador, os bancos têm manifestado grande interesse pelo programa, e várias instituições já estão se organizando para criar fundos cujos recursos serão empregados na compra de ações de empresas estatais brasileiras. A própria Comissão de Valores Mobiliários (CVM) deverá regulamentar em breve a constituição de fundos que terão por base os créditos da dívida externa registrados no Banco Central.

JUROS

As negociações com os bancos têm se concentrado, até agora, no problema dos juros atrasados de 8,5 bilhões de dólares acumulados pelo Brasil até dezembro passado. Na última reunião, os banqueiros propuseram reduzir em 2 bilhões de dólares os pagamentos de juros previstos para os próximos três anos, mas a

oferta foi considerada insuficiente pelo Governo. "Resta ainda algum caminho a trilhar", afirmou Dauster, que disse estar levando aos credores "algumas idéias novas" a serem discutidas. Segundo ele, o Governo mantém o princípio básico de só aceitar um acordo que respeite a capacidade de pagamento do setor público, responsável por 90 por cento da dívida externa brasileira, que, somente junto aos bancos privados, atinge 60 bilhões de dólares.

De acordo com o embaixador, nenhuma das novas medidas econômicas anunciadas na semana passada vai afetar diretamente as negociações da dívida externa, mas o Governo, segundo ele, retoma as discussões numa posição mais forte, já que demonstrou uma disposição firme de controlar seus gastos e reduzir a inflação. A posição brasileira está reforçada também, segundo Dauster, pela posição das reservas internacionais do País, atualmente no nível recorde de 8,7 bilhões de dólares. Foi o bom nível das reservas, disse o embaixador, que permitiu ao Governo vender maciças quantidades de ouro nos últimos dias, para segurar as cotações do metal e do dólar no mercado paralelo.

Dauster informou que a missão econômica do Fundo Monetário Internacional, que vai avaliar a economia brasileira e retomar as discussões em torno de um empréstimo de 2 bilhões de dólares ao Governo, chegará ao País somente no dia 4 de março, depois que o Congresso Nacional já tiver examinado as medidas decretadas na semana passada. A carta de intenções elaborada anteriormente, cujo esboço foi divulgado solenemente pelo Governo em setembro passado, terá que ser integralmente refeita, já que a maioria de suas metas está superada. Mas, segundo Dauster, isso não constitui um problema. "O Governo não tem urgência em assinar um acordo com o FMI, o importante é fazer um acordo correto", disse ele.